



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109062 - SP (2019/0062729-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
RECORRENTE : EMANUEL HENRIQUE PEREIRA BORGES (PRESO)  
ADVOGADO : GABRIELA DINIZ SILVEIRA - SP375272  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RELEVANTE ALTERAÇÃO DO PANORAMA FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Emanuel Henrique Pereira Borges** – preso cautelarmente desde 5/12/2017, pela prática, em tese, do crime de latrocínio – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual se denegou a ordem impetrada (*Habeas Corpus* n. 2231086-44.2018..26.0000), mantendo a decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Peruíbe/SP, que manteve a prisão cautelar do acusado na Ação Penal n. 0000102-33.2018.8.26.0441.

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal consistente na decretação e manutenção de sua prisão preventiva, ao argumento de que *está encarcerado há mais de um ano (desde agosto de 2017), sendo que até o presente momento nenhuma prova fora capaz de atestar a sua culpa, e a única testemunha que supostamente reconheceria o inculpado como autor do crime não fora localizada* (fl. 634).

Contrarrazões às fls. 610/617.

Aqui, o pedido de liminar foi indeferido (fls. 670/671).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 689/694).

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 441.219/SP.

É o relatório.

O recurso perdeu o objeto.

Isso porque, diante das informações obtidas em consulta realizada na página eletrônica do Tribunal recorrido, nota-se que, em 28/2/2020, no Processo n. 0000102-33.2018.8.26.0441, da 1ª Vara da comarca de Peruíbe/SP, o ora recorrente foi absolvido pelo Juízo processante, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, fato que esgota a pretensão contida no presente recurso.

Pelo exposto, a teor do disposto no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator